

Fernando Molica

Os Bolsonaro, por Drummond

Michelle ama Jair, mas descarta Flávio, ironiza Eduardo e despreza Carlos, que briga com Valdemar Costa Neto. As confusões no entorno de Jair Bolsonaro fazem lembrar o poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade — o título, importante ressaltar, faz referência às danças juninas.

Como o João do poema, Eduardo Bolsonaro foi para os Estados Unidos e, de lá, fez cobranças à madrastra e ao deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). Carlos, por sua vez, não gostou de ouvir do presidente do PL que seu pai não é o único a poder se meter na escolha de candidatos.

O difícil é apontar razões políticas para as divergências na família Bolsonaro. Assim como o chefe do clã, sua mulher e seus três filhos mais velhos não se movem em torno de causas amplas ligadas a propostas para o país, apenas lutam por seus interesses.

Neste ponto, vão além do compromisso com a família que tanto defendem — a deles. O que está em jogo é uma disputa de poder mais compatível com aquelas de contos de fadas em que madrastra e enteados disputam a herança do patriarca, preso e inegável.

A ênfase no personalismo é típica

de políticos carismáticos, à direita e à esquerda. Bolsonaro joga nesse time assim como Lula e nomes do passado, como Getúlio Vargas, Carlos Lacerda e Leonel Brizola. O problema é que, diferentemente desses outros, Jair não tem qualquer ligação efetiva com uma visão mais ideológica e estruturada da política institucional. Move-se para onde aponta seu nariz.

Apesar de sua anunciada conversão ao liberalismo, ele nunca demonstrou entusiasmo por teses que estruturam uma visão de mundo compatível com uma direita clássica. O fato de ser contra a esquerda desde sempre não o coloca como defensor de teses capitalistas.

Sua defesa da ditadura foi mais provocada por sua identificação com o autoritarismo corporativo do que com teses liberais: declarou que Fernando Henrique Cardoso deveria ser fuzilado por privatizar a Vale. Deputado, elogiou o peruano Alberto Fujimori e o venezuelano Hugo Chávez. Um era de direita; o outro, de esquerda, mas ambos tinham o viés autoritário que seduz Bolsonaro.

O ex-presidente sempre fez política a partir do próprio umbigo. Obrigado a encher o tanque no posto Paulo Guedes, tratou de usar uma gasolina batizada com o viés estatista

da distribuição de recursos públicos, como demonstraria na eleição de 2022. No Planalto deu seguidas demonstrações de pouco interesse por políticas amplas, entregou o governo ao Centrão e correu para o cercadinho do Alvorada onde reafirmava seus preconceitos.

O jeito autocentrado de fazer política acabou transbordando para o seu círculo mais íntimo. Ele não escolheu Flávio para disputar a Presidência por achar que o filho é o mais qualificado e com mais chances de vencer. Optou por ele para tentar conservar o poder dentro de casa. É provável que tema menos a vitória de Lula do que a de um aliado como Tarcísio de Freitas, alguém capaz de reorganizar a direita e de colocar os Bolsonaro para fora da dança.

Ao trocarem farpas em público e ao atropelarem acertos regionais feitos por aliados, Michelle e seus enteados apenas reproduzem o que aprenderam com o marido e pai. Como a Lili do poema, Jair só ama muito a si mesmo; nenhum de seus filhos quer morrer como Raimundo ou Joaquim; e Michelle descarta o exemplo de Maria, deixa claro que não ficará para titia. V. Costa Neto que se vire para coreografar esses bailarinos.

Tales Faria

Os Bolsonaro espantam aliados

Quem contou a história foi nada mais, nada menos que o presidente nacional do PL. Ele diz que participava em Brasília, junto com Michelle Bolsonaro (PL), de uma reunião com o governador, Ibaneis Rocha (MDB), e a vice-governadora, Celina Leão (Progressistas). Discutiam alianças para a eleição de outubro, quando foi surpreendido por uma fala da ex-primeira-dama:

“A Michelle disse ao governador: “eu apoio a Celina, mas não apoio o senhor.”

Valdemar disse que tomou um susto. O mesmo ocorreu com Ibaneis. O governador está em seu segundo mandato e já não pode concorrer à reeleição. Ele é pré-candidato ao Senado, assim como Michelle Bolsonaro, e pretendia formar chapa com a mulher do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Tomou um não pela frente.

Em Brasília, o bolsonarismo trabalha uma chapa puro-sangue ao Senado: Michelle e Bia Kicis. Foi o que a ex-primeira-dama e seu marido desenharam no presídio da Papudinha, onde o ex-presidente cumpre pena por tentativa de golpe de Estado.

O mesmo quadro está se desenhando em outros estados, com o clã Bolsonaro abrindo guerra contra possíveis aliados de outras legendas e até mesmo dentro do PL.

No sábado, 21, após visitar o pai no presídio, Carlos Bolsonaro postou nas redes sociais que o pai está elaborando uma lista de candidatos para os cargos em disputa nos estados.

“Meu pai[...] pediu que informasse [...] que está confeccionando, inicialmente, uma lista de pré-candidatos ao Senado, aos governos estaduais e a outras participações políticas igualmente relevantes.”

Valdemar Costa Neto foi procurado pelo site Poder360 para comentar o tema e respondeu:

“Debateremos tudo, mas o Senado é o Bolsonaro que indica. [...] Nós indicamos os governadores.

Carlos não gostou. Voltou às redes e disparou: “A fala não foi minha, foi do presidente Jair Bolsonaro.” E atacou bem a seu estilo:

“O PL poderia dar uma força inclusive em outras situações. Me parece que as coisas estão meio desencontradas sem querer querendo! As peças todas parecem se encaixar! Deixar o PRESO POLÍTICO isolado e fazendo isso que estamos vendo e de forma acentuada está cada dia mais... estranho!”

Vereador eleito pelo Rio de Janeiro, Carlos transferiu seu título para Santa Catarina, onde quer concorrer ao Senado. Desalojou da

chapa um aliado do PP, o senador Esperidião Amin.

Com apoio do pai, acabou arumando briga com o presidente nacional do Progressistas, senador Ciro Nogueira (PI), com quem estava acertada a aliança. “Nós do Progressistas somos do tempo em que acreditávamos em palavra”, declarou Ciro à imprensa, acrescentando que o partido fará aliança com outras siglas no estado.

O presidente do PP já andava desgastado com o PL que lançou o senador Flávio Bolsonaro para presidente, impedindo a candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao Palácio do Planalto.

Em São Paulo, outra encrenca, desta vez com o filho Zero-Três do ex-presidente. Exilado nos EUA, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL) tenta impor como candidato ao Senado, contra o desejo do governador, o deputado estadual Gil Diniz (PL), considerado seu braço direito no estado. Tarcísio não quer briga. Ainda não se pronunciou.

À espera de evitar briga com o clã também está o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), diante dos boatos de que o senador Flávio Bolsonaro estaria trabalhando para fazer

Márcio Coimbra*

Força, Ucrânia

Neste 24 de fevereiro a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia completa quatro anos de horror e desafio à ordem global. O que o Kremlin planejou como uma “operação relâmpago” transformou-se na maior prova de resiliência democrática do século XXI. Sob o fogo de uma autocracia imperialista, a Ucrânia não apenas defende seu solo, atua como o último baluarte dos valores ocidentais e da integridade territorial na Europa.

O rastro deixado pela agressão russa é uma mancha indelével na história recente. Estima-se que as baixas totais — entre mortos e feridos — já superem a marca de 2 milhões de pessoas, com um custo humano civil dilacerante. Mais de 100 mil crimes de guerra foram documentados, incluindo as execuções sumárias em Bucha, o cerco medieval a Mariupol e o sequestro sistemático de milhares de crianças ucranianas — um ato de genocídio tipificado pelo Direito Internacional.

Apesar do terror, a resiliência ucraniana é absoluta. O país converteu cada cidadão em um bastião de resistência. No entanto, o preço social é imenso: 6,5 milhões de ucranianos permanecem refugiados, compondo o maior êxodo europeu desde 1945. É uma nação que luta enquanto sangra, mantendo sua identidade viva sob bombardeios deliberados a escolas e hospitais.

A economia ucraniana foi alvo de uma estratégia de terra arrasada. Com a perda de cerca de 30% do PIB e a destruição de infraestruturas vitais, o custo estimado para a reconstrução ultrapassa os US\$ 524 bilhões. Especialistas são enfáticos: mesmo com apoio internacional massivo, a Ucrânia precisará de pelo menos duas décadas para recuperar seus níveis de desenvolvimento pré-guerra. A reconstrução não será meramente física, mas uma reestruturação total para desvincular-se de vez da órbita de um vizinho agressor.

Neste cenário de clareza moral, a postura do Brasil nos últimos governos revela uma preocupante erosão de princípios. Sob o pretexto de uma “neutralidade” que beira a conivência, Brasília tem evitado condenar a Rússia de forma enfática e pública. Essa ambiguidade é uma afronta direta aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional, pilares que o Brasil outrora defendeu com brio.

Tal posicionamento é, acima de tudo, um desrespeito à vibrante comunidade ucraniana no Brasil, composta por mais de 600 mil descendentes, concentrados majoritariamente no Paraná. Ignorar a agressão russa em fóruns internacionais, como o BRICS, em troca de pragmatismo comercial ou alinhamento ideológico, diminui a estatura diplomática brasileira e ignora o sofrimento de famílias que veem a terra de seus antepassados ser massacrada.

Ao longo desses 1.460 dias, a Ucrânia não apenas sobreviveu, o país se tornou o escudo da Europa, resistindo com sangue de seus filhos nos campos de batalha. A Ucrânia ensina ao mundo que a liberdade não se negocia. Para o Brasil, resta a urgência de realinhar sua política externa com a ética e a justiça. Não há equidistância possível entre agressor e vítima. Reconhecer a soberania ucraniana e condenar o imperialismo russo não é uma escolha política, é um imperativo moral. Por isso, quatro anos depois seguimos com a mesma mensagem: Força, Ucrânia.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**